

Ofício nº 050/2020

Votorantim, 17 de Fevereiro de 2020.

Ao Exmo.

Sr. ALISON ANDREI PEREIRA DE CAMARGO "LILO"

DD. Presidente da Câmara Municipal de Votorantim/SP

Rua Bulevar Antonio Festa, nº 88, Centro – Votorantim/SP

CEP: 18.110-105

C/C

**AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO
MUNICÍPIO DE VOTORANTIM – AGERV**

Sr. Antônio Carlos Domingues da Cruz

DD. Diretor Presidente

**Assunto: Ofício nº 016/20 – Questionamentos acerca da aplicação do
Estatuto da Microempresa e de procedimentos internos**

**Ref.: Cobrança de valores diferenciados – Notificação de mudança de
categoria – Quantidade de ligações de água e esgoto no município**

ÁGUAS DE VOTORANTIM S.A., concessionária responsável pela captação, tratamento e distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto sanitário da cidade de Votorantim/SP, vem primeiramente cumprimentá-lo e, em sequência, apresentar resposta ao Ofício nº 016/20, recebido desta Egrégia Casa Legislativa, por intermédio do qual, Vossa Excelência apresenta os seguintes questionamentos:

- a) Por qual motivo, a Empresa Águas de Votorantim não vem cumprindo o que prevê o § 22, do art. 18-A, do Estatuto da Microempresa, no que diz respeito a não alteração no valor da taxa do Microempreendedor Individual?
- b) Como é encaminhada a notificação de mudança de categoria? A empresa Águas de Votorantim tem algum tipo de comprovante legal que o município recebeu uma notificação?
- c) Quantas ligações de água e esgoto comerciais, domiciliares, industriais e públicas existem no município?

Cumpre-nos desta forma **INFORMAR**, que a Concessionária Águas de Votorantim, para categorizar os usuários e efetuar suas cobranças, não utiliza como parâmetro a titularidade ou a própria natureza/personalidade jurídica do usuário, mas sim as características de ocupação e utilização/atividade desenvolvida do **imóvel**, uma vez que o Decreto Municipal nº 4.363/2012 prevê o que deve ser verificado para a classificação da economia, senão vejamos:

Art 2.º Adota-se neste Regulamento a terminologia constante das normas referentes a sistemas de água e esgotos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, sempre que aplicável.

XVIII. Categoria Comercial - Economia ocupada para o exercício de atividade de compra, venda ou prestação de serviços, ou para o exercício de atividade não classificada nas categorias residencial, industrial ou pública;

XIX. Categoria de Usuário - Classificação do usuário, **por economia**, para o fim de enquadramento na estrutura tarifária da concessionária;

XX. Categoria Industrial - Economia ocupada para o exercício de atividade classificada como industrial pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

XXI. Categoria Pública - Economia ocupada para o exercício de atividade de órgãos da Administração Direta do Poder Público, Autarquias e Fundações. São ainda incluídos nesta categoria hospitais públicos, asilos, orfanatos, albergues e demais instituições de caridade, instituições religiosas, organizações cívicas e políticas, e entidades de classe e sindicais;

XXII. Categoria Residencial - Economia ocupada exclusivamente para o fim de moradia;

Art. 118. O consumo de água é classificado em categorias:

I. consumo residencial, quando a água é usada para fins domésticos, em imóveis de uso exclusivamente residencial, conforme definição no inciso XXII do art. 2º;

II. consumo comercial, quando a água é usada em estabelecimentos comerciais, conforme definição no inciso XVIII do art. 2º;

III. consumo industrial, quando a água é usada em estabelecimentos industriais, como elemento essencial à natureza da indústria conforme definição no inciso XX do art. 2º;

IV. consumo público, quando a água é usada em imóveis ocupados pelos órgãos Federais, Estaduais ou Municipais, conforme definição no inciso XXI do art. 2º.

Ou seja, independentemente da característica do usuário, se pessoa física ou jurídica, procede-se com a devida análise da **utilização e/ou as atividades desenvolvidas** em cada **IMÓVEL**, se o mesmo é utilizado exclusivamente para fins residenciais, como determinado no artigo 2º, inciso XXII c.c. artigo 118, inciso I acima transcritos, ou, se há outras atividades desenvolvidas, tais como comerciais/mercantis, inserindo-se neste contexto a compra, venda ou a prestação de serviços, bem como se trata-se de imóvel que desenvolve atividades inerentes à administração pública (categoria pública) ou se são atividades inerentes à indústria.

Desse modo, não há cobrança de tarifas de água e esgoto específica de MEI's, podendo estes serem cobrados em qualquer uma das categorias, a depender do **uso** e das **atividades desenvolvidas no imóvel**.

Releva sobremaneira ressaltar, que ao contrário das alegações trazidas no Ofício em questão, e como outras vezes já respondido à esta Casa de Leis, esta Concessionária **não procede com aumento de tarifa** por se tratar de imóvel utilizado por **MEI – Microempreendedor Individual**, muito menos quando houver alteração da condição de pessoa física para jurídica, mas apenas quando no imóvel desenvolve-se atividade comercial, seja, de compra e venda ou ainda de prestação de serviços, não havendo, portanto, mesmo que minimamente, qualquer desobediência ao artigo 18-A, § 22º da Lei Complementar nº 147 de 2014.

Isso porque, como amplamente dito, quando da tarifação das unidades consumidoras, verifica tão somente a utilização e as atividades desenvolvidas no imóvel, classificando-as de acordo com o disposto no regulamento, até porque, não é avaliado o titular da ligação, ou ainda a natureza do usuário (titular), mas sim, a utilização e as atividades desenvolvidas no imóvel, havendo casos de imóveis cadastrados na categoria comercial, por exemplo, cujo titular é pessoa física, bastando que referido local seja utilizado para atividade mercantil, ao invés de exclusivamente para fins residenciais.

Para corroborar este entendimento e ainda não pairarem dúvidas, tem-se a sentença proferida nos autos da Ação de Cumprimento de Obrigação de Fazer nº **0000985-75.2018.8.26.0280**, onde a presente questão foi posta à análise do Poder Judiciário, concluindo-se, com arrimo inclusive na Súmula 407 do STJ, sem qualquer discussão, que a forma de cobrança (de tarifa de água e esgoto) "*não se efetiva em razão da condição da pessoa, se física ou jurídica, mas sim em razão da destinação do imóvel*". Vejamos:

A esse respeito, o STJ assentou através da Súmula 407 que: "*É legítima a cobrança da tarifa de água, fixada de acordo com as categorias de usuários e as faixas de consumo*".

No mais, ressalto que a forma de cobrança não se efetiva em razão da condição da pessoa, se física ou jurídica, mas sim em razão da destinação do imóvel, que, no caso concreto, é notavelmente utilizado com fins comerciais, conforme documento acostado aos autos (fls. 04/05).

Cumpre-nos ainda esclarecer, no que atine a eventual “redução” de tarifa para os usuários que se inscreveram como **MEI – Microempreendedor Individual**, que **inexiste na legislação vigente qualquer previsão para referida benesse**, ou seja, de a tarifa comercial ser alterada para a tarifa residencial, em razão de tal ocorrência.

Em relação à eventual **comunicação ou notificação** por parte desta Concessionária aos usuários que “anteriormente” estariam inscritos como residencial e “posteriormente” passaram a serem considerados e cobrados na categoria “comercial” em razão do exercício da atividade de **microempreendedor individual**, resta observar que referido procedimento nunca foi praxe desta Concessionária, até porque, como amplamente esclarecido, para fins de enquadramento de categoria, não se leva em consideração a condição da pessoa, se física ou jurídica, mas sim em razão da destinação do imóvel.

Aliás, tem-se ainda a previsão do artigo 147 do Decreto Municipal n.º 4.363, que regulamenta a prestação do serviço público de abastecimento e esgotamento sanitário de Votorantim, no qual se encontra insculpido que é **do USUÁRIO a obrigação** de comunicar (à Concessionária) qualquer alteração das condições de uso ou de ocupação do imóvel, que implique em alteração cadastral, ou para efeito de classificação de categoria e de cobrança de tarifas. Vejamos:

:

Art. 147. Compete ao usuário:

XII. Comunicar à Concessionária qualquer mudança da titularidade da propriedade e das condições de uso ou de ocupação do imóvel, que implique em alteração cadastral, ou para efeito de classificação de categoria e de cobrança de tarifas, sob pena de serem feitas pela Concessionária, à sua revelia e, havendo custos, serem estes lançados em seu cadastro;

Importante trazer luz ao referido artigo, principalmente no que diz respeito a **alteração de categoria**, vez que, apura-se, inclusive, que a ausência de comunicação do usuário acerca das alterações de uso/ocupação do seu imóvel, **importará no direito de a Concessionária proceder**, à revelia do usuário, ou seja, independente de comunicado ou notificação, com a reclassificação cadastral para efeitos de cobrança das tarifas de água e esgoto daquela unidade.

Por fim, porém não menos importante, diante do pedido de quantificação das ligações existentes no município de Votorantim, classificadas por faixa, relacionamos o levantamento efetuado em 02/2020, o qual apresentou o seguinte resultado:

- a) COMERCIAIS: 1.705
- b) DOMICILIARES: 33.784
- c) INDUSTRIAIS: 123
- d) PÚBLICAS: 377

Ante o exposto, certos de termos atendido e respondido os vossos questionamentos, nos colocamos a sua inteira disposição para esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários, reiterando que a Concessionária Águas de Votorantim encontra-se sempre à disposição, para prestar quaisquer esclarecimentos e solucionar eventuais questões trazidas por esta D. Câmara, bem renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,



Amanda B. de Carvalho Duarte
Coordenadora Comercial Local
Águas de Votorantim S/A